



ARTIGO

A HEGEMONIA NEOLIBERAL: FIM DA HISTÓRIA OU MITO DO ETERNO RETORNO?

*Francisco de Borja B. de Magalhães Filho**

Ao estudarmos essas sociedades tradicionais, surpreendeu-nos sobretudo um aspecto: a sua revolta contra o tempo concreto, histórico, a sua nostalgia de um regresso periódico ao tempo mítico das origens, à Idade do Ouro.

Mircea Eliade

Resumo: O autor propõe-se a questionar o discurso neoliberal que demoniza a evolução das políticas econômicas e sociais dos Estados capitalistas do último século, considerando-as responsáveis por todos os conflitos e as crises que marcaram esse período. Busca entender por que essa visão de mundo tornou-se hegemônica neste final de século, sobretudo entre a burguesia. Trata-se de compreender o horror ao Estado manifesto em todo o discurso neoliberal, que, menosprezando as análises marxistas sobre o Estado e sua composição de classes e as interpretações marxistas sobre a história da formação da burguesia e da consolidação do modo de produção capitalista, produz um consenso quase universal quanto ao papel decisivo desempenhado pelo Estado ao longo de todo o seu desenvolvimento. Com este objetivo, o autor traça o surgimento e a consolidação do pensamento neoliberal e uma avaliação das políticas neoliberais de fato implementadas.

Palavras-chave: neoliberalismo, políticas econômicas, modo de produção capitalista, Estado, burguesia, marxismo.

Ainda que a indagação apresentada no título seja um apelo à ironia, a contraposição é justificável a partir do texto do autor citado na epígrafe. No último capítulo, quando analisa a sobrevivência do mito, contrapõe ao homem das por ele chamadas civilizações tradicionais, que tinha uma atitude negativa em relação à história, o homem histórico (moderno), que se sabe e se quer criador da

* Economista, professor da Universidade Federal do Paraná e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP.



história, ao mesmo tempo que constata que o mundo moderno não foi ainda conquistado pelo historicismo, mas, ao contrário, assiste a uma revalorização das teorias cíclicas no pensamento contemporâneo, pondo implicitamente em causa a validade das soluções historicistas desde Hegel e Marx até o existencialismo. Para o autor, a formulação em termos modernos de um mito arcaico revela pelo menos o desejo de encontrar um significado e uma justificação trans-históricos para os acontecimentos históricos (ELIADE, 1981: 153 e 160).

Essas reflexões iniciais surgem da observação do discurso neoliberal, em que toda a evolução das políticas econômicas e sociais dos Estados capitalistas posteriores à Depressão e, em certos casos, até a de algumas adotadas ainda no último quartel do século XIX são demonizadas e, em casos extremos, consideradas responsáveis por todas as mazelas, conflitos e crises que marcaram a evolução econômica e social desse longo período. A “leitura” que transparece dessas análises aponta para a existência de um liberalismo mitificado como ideal, uma Idade do Ouro do capitalismo, cuja volta é agora anunciada, cantada em prosa e verso.

Um bom exemplo disso pode ser encontrado em um dos textos mais divulgados de Milton Friedman, *Capitalismo e liberdade*, tanto quando analisa a mudança por que passou o significado do termo “liberal” nos Estados Unidos neste século, como quando discute as mudanças do papel do Estado nas economias capitalistas desenvolvidas:

O triunfo do liberalismo de Bentham no século XIX na Inglaterra foi seguido por uma reação que levou a uma crescente intervenção do governo nos assuntos econômicos. Essa tendência para o coletivismo foi grandemente acelerada, tanto na Inglaterra como em outros lugares, pelas duas guerras mundiais. O bem-estar, em vez da liberdade, tornou-se a nota dominante nos países democráticos (FRIEDMAN, 1984: 20).

É essa tendência para o coletivismo, ou seja, toda a evolução social, política e econômica que engloba desde o socialismo fabiano até o stalinismo, passando pela social-democracia e pelas políticas

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho



**A hegemonia neoliberal: fim da história
ou mito do eterno retorno?**

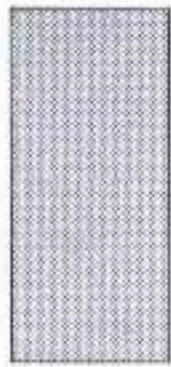
Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

de cunho keynesiano, que o autor vê como ameaça, constituindo-se na *The road to Serfdom*, como Hayek intitulou sua penetrante análise do processo (FRIEDMAN, 1984: 20). Essa é a forma como se manifesta o terror da história de Eliade para os liberais, paleo e neo. A Idade do Ouro que retornará é a do capitalismo puro da primeira metade do século XIX.

Este artigo se propõe a investigar, mais levantando incertezas do que esperando encontrar respostas claras, o porquê dessa visão de mundo ter-se tornado hegemônica neste final do século XX, principalmente o porquê dessa hegemonia na própria burguesia, que, de Bismarck a Keynes, sempre soube, como diz o dito popular, entregar as jóias para salvar os dedos, por saber que é com seus “dedos” que pode acumular para adquirir ainda mais “jóias”.

Trata-se principalmente de entender o horror ao Estado, manifesto em todo o discurso neoliberal, quando — mesmo sem recorrer às análises marxistas sobre o Estado e sua composição de classes ou às interpretações marxistas da história da formação da burguesia e do surgimento, evolução e consolidação do modo de produção capitalista — há um consenso quase universal quanto ao papel decisivo desempenhado pelo Estado ao longo de todo o seu desenvolvimento. Como diz Polanyi, referindo-se à Inglaterra da Idade de Ouro dos neoliberais: “Assim como as manufaturas de algodão — a indústria mais importante do livre comércio — foram criadas com ajuda de tarifas protetoras, de exportações e de subsídios indiretos dos salários, o próprio *laissez-faire* foi imposto pelo Estado” (POLANYI, 1980: 144).

Lembrando ainda o momento em que a intervenção do Estado na economia impediu que o modo de produção capitalista entrasse em colapso: nessa hora, como diz Carson, referindo-se às políticas anti-recessivas sugeridas por Keynes, o “caminho era claro. Os investimentos das empresas tinham de ser estimulados, os gastos do governo precisavam ser aumentados, ou alguma combinação das duas medidas devia ser tentada. Dado o estado de pouca confiança do mundo dos negócios em meados da década de 30, era evidente para Keynes que todo o fardo teria de ser carregado



pelo governo, o qual deveria recorrer a doses maciças de despesas, com formação de déficits” (CARSON, 1992: 82).

E não esquecendo o quanto o resultado das políticas sociais e econômicas de caráter social-democrata criou as bases para a mais longa e sustentada fase de desenvolvimento capitalista neste século, nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial. Estas que hoje, ainda que em maior ou menor grau imbricadas com o keynesismo, por serem social-democratas estão, na demonologia neoliberal, incluídas no terror da história.

SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

Uma arqueologia superficial do pensamento neoliberal nos levaria a Von Mises e Hayek, da chamada Escola Austríaca de economistas, passando no retorno pelos monetaristas da Escola de Chicago, dos quais Friedman é o principal expoente. Segundo Perry Anderson, as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico localizam-se no início dos anos 40. Para ele, seu texto de origem é *O caminho da servidão*, em que Hayek, ainda em 1944, preocupado com a possível vitória eleitoral dos trabalhistas nas primeiras eleições britânicas do pós-guerra, ataca toda e qualquer limitação aos mecanismos de mercado. Ainda de acordo com Anderson, a mensagem de Hayek é drástica: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão — uma servidão moderna”. Pouco mais tarde, ainda por iniciativa de Hayek, cria-se a Sociedade de Mont Pélerin, a partir da reunião de adversários firmes do Estado do Bem-estar europeu e inimigos férreos do *New Deal* norte-americano. Entre estes, Friedman.

Por mais de duas décadas essas idéias permaneceram à margem do *mainstream* do pensamento econômico. Só após a manifestação da crise mundial, em 1973, é que as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno (ANDERSON, 1995: 9-10).

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho



**A hegemonia neoliberal: fim da história
ou mito do eterno retorno?**

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

A análise desse “currículo” leva à conclusão de que a atual hegemonia neoliberal, longe de ser o produto de uma indiscutível superioridade teórica, corresponde ao reflexo da evolução histórica do último quarto de século, principalmente em decorrência das leis do movimento do capital em escala mundial.

Robert Carson, cuja obra procura entender e explicar as mudanças que a maré neoliberal provocou no pensamento, no ensino e na aplicação da ciência econômica nos Estados Unidos, identifica seu aparecimento com as condições concretas enfrentadas pela economia americana no início dos anos 70: recessão e estagflação e a tomada de consciência de que as políticas econômicas de inspiração keynesiana por si só não conseguiam mais reestabelecer o equilíbrio e promover a retomada do crescimento. Segundo ele, ao final dos anos 60 o pensamento dominante ainda era o seguinte: “Em relação à administração geral da economia reinava nesse momento a convicção de que, não só entre economistas profissionais como também entre líderes empresariais, a mídia e o público geral, o ciclo econômico tinha sido derrotado. (...) Artigos sobre Keynes e a economia keynesiana ornamentaram as páginas da *Time*, *Newsweek* e outras publicações, enquanto a nação comemorava, prematuramente, como se viu depois, a vitória sobre as trevas da recessão e depressão” (CARSON, 1992: 96).

A desilusão generalizada com o desempenho da economia americana a partir da recessão de 1969 começou a enfraquecer a posição dos economistas keynesianos. Ficou claro que as políticas econômicas de ajustamento por “sintonia fina”, se ainda funcionavam para reduzir a inflação, já não mais conseguiam reduzir o desemprego. Este mantinha-se elevado mesmo nas curtas e pouco acentuadas fases de crescimento econômico. Isso levou ao que Carson chama de renascimento conservador e à eleição de Reagan.

Suas propostas econômicas específicas reuniram dois grandes temas do pensamento conservador contemporâneo: a tradição monetarista, mais antiga, e a análise da economia de oferta, relativamente mais recente. A primeira retroagia à fé clássica no governo mínimo, nos orçamentos equilibrados e na pressuposição



de que regras econômicas, e não regulamentação, eram o melhor guia para a formulação da política econômica. A segunda propunha uma doutrina mais controvertida, isto é, a de que a economia podia ser estimulada por várias medidas do governo voltadas para o lado da produção (oferta) da atividade econômica.

Já antes disso, a “era do pleno emprego na formulação da política pública havia chegado ao fim e, por volta de 1980, acabou também o domínio da ortodoxia keynesiana entre os economistas” (CARSON, 1992: 106).

Enquanto nos Estados Unidos o neoliberalismo aparece e se fortalece em consequência do desmoronamento da confiança que a sociedade havia depositado na capacidade das políticas econômicas de manter o emprego, o crescimento e o bem-estar, na Europa sua ascensão dá-se em resposta ao que se convencionou chamar de crise do Estado de Bem-estar. (É interessante notar que no Japão, o terceiro centro dinâmico do capitalismo tardio, o neoliberalismo não se enraíza: a grande burguesia nipônica continua a utilizar-se do Estado e de seus instrumentos como ponto de apoio para realizar sua acumulação e, nestes últimos anos, para tentar sair da crise que atravessa.)

Offe, em *Capitalismo desorganizado*, fala da experiência européia ao iniciar sua análise na mudança política em sentido contrário ao keynesianismo, afirmando em seguida que o cerne político dessa reorientação traz consigo o desligamento do Estado do compromisso com o pleno emprego, que havia assumido previamente por razões políticas, aduzindo ainda que argumentos conservadores, a respeito de por que uma política de emprego baseada no estímulo à demanda é ineficaz, são usados para justificar a nova política econômica (OFFE, 1989: 83).

Se, como se deduz dessas afirmações, a incapacidade das políticas keynesianas em defender os níveis de emprego não é a causa principal de seu abandono, ainda que tenha sido, sem dúvida, responsável pela aceitação desse abandono por parte dos trabalhadores e seus sindicatos, principalmente nos Estados Unidos, qual será ela?

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho



**A hegemonia neoliberal: fim da história
ou mito do eterno retorno?**

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

Offe aponta diretamente para um aspecto mais condizente com as relações de produção capitalistas: “Em quase todos os países capitalistas, os indicadores econômicos que cobrem o período de 1968 a 1979 confirmam a conclusão de que o capital foi o menos beneficiado na luta relativa à distribuição”. Esta é uma pista interessante para identificar a paixão irresistível da burguesia hodierna pelo neoliberalismo, e voltaremos a ela mais adiante. Por enquanto encontramos um indício favorável a essa interpretação na argumentação de Offe sobre uma das soluções neoliberais: “A terapêutica sugerida, de ‘redução de salários’, também não é convincente, pela simples razão de que os ganhos distributivos do trabalho contra o capital, desde o final da década de 60, constituíram indubitavelmente uma batalha vitoriosa para o trabalho na guerra que ele não venceu. Na verdade, é o capital, que atualmente está reconquistando seu território político e econômico” (OFFE, 1989: 111).

Em seguida, Offe introduz uma outra preocupação: quais as conseqüências para a sociedade se os objetivos neoliberais fossem efetivamente implementados nos países industrializados? “A posição ortodoxa utiliza argumentos semelhantes para criticar as alegadas hipertrofias do Estado do Bem-estar, que considera estar necessitado de uma restrição ou mesmo de um desmantelamento progressivo. Em tons alarmistas, os neoliberais responsáveis pela política econômica demandam que a roda do Estado do Bem-estar seja parada. Se isso fosse de fato realizado, os resultados seriam altamente ambíguos. Do ponto de vista econômico, o desmantelamento do Estado do Bem-estar aboliria um amortecedor que funciona como um estabilizador da demanda. Do ponto de vista político, a abolição do Estado do Bem-estar eliminaria um mecanismo que tem servido para garantir a paz e a estabilidade social na República Federal da Alemanha e em outros países. Seria uma experiência com um custo extremamente alto e cujos resultados seriam altamente incertos” (OFFE, 1989: 112).

Com isso, levanta uma outra questão, no campo da política, à qual voltaremos mais adiante: o retorno à discussão sobre a compatibilidade entre capitalismo e democracia.



Como não poderia deixar de ser, a onda hegemônica neoliberal veio repercutir também no mundo subdesenvolvido, principalmente na América Latina, com maior ênfase naqueles países em que a magnitude de seu desenvolvimento capitalista criara as condições para o surgimento de modelos mais ou menos incompletos do Estado de Bem-estar.

Nesses casos, o neoliberalismo ganhou força a partir da crise provocada após a bancarrota mexicana de 1982, transformando-se rapidamente em crise de financiamento do setor público e, logo, em crise do Estado¹.

Em poucos anos, todo o arsenal neoliberal foi sendo incorporado ao discurso, aos programas e às ações e políticas governamentais da maior parte dos países latino-americanos. De um lado, o Chile, onde a férrea ditadura militar já se incumbira — muito antes de se falar em neoliberalismo — de destruir não só as instituições do Estado de Bem-estar como a própria capacidade de organização política dos trabalhadores, mas que adota o novo discurso tão logo percebe sua força hegemônica; a Argentina, que no governo Menem transforma-se no país que mais avança em todo o mundo na aplicação prática do discurso neoliberal; e o México, que busca descobrir seu atalho para o Primeiro Mundo pela integração econômica com os Estados Unidos e o Canadá. De outro, países como o Brasil, a Venezuela e o Uruguai, em que, apesar de o discurso da “modernidade”, da abertura dos mercados nacionais, das privatizações e da “reforma do Estado” ser incorporado ao discurso oficial, forças sociais de todo tipo, com base na realidade concreta da experiência dos seus próprios processos de lento e difícil desenvolvimento econômico e social, não só resistem como muitas vezes impedem ou fazem retroceder as tentativas de desmanche de seus Estados e do que havia sido construído em termos de Estado do Bem-estar.

Essa situação traz muitos estudiosos de volta às antigas preocupações sobre a questão da sobrevivência da democracia em caso de agravamento das questões sociais na América Latina. Um deles, Atilio Boron, ao analisar os problemas hoje enfrentados pelo

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

¹ Sobre os aspectos dessas duas facetas com que a crise se manifestou no Brasil, há contribuições importantes em Werneck (1986) e em Fiori (1990).



**A hegemonia neoliberal: fim da história
ou mito do eterno retorno?**

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

capital para realizar sua acumulação, conclui: “A democracia aparece, então, no diagnóstico neoconservador, como a causante final da crise. A terapia é simples: o substancial corte das exigências populares, que a crise não deixa de incentivar e reproduzir, é a única medida que pode pôr fim à fatal ‘sobrecarga’ do Estado e ao ‘reaquecimento’ da economia”. Como essas políticas criam reações contrárias, que precisam ser levadas em conta nas democracias, surgem as críticas aos chamados “excessos” do processo democrático. “O ataque aos ‘excessos’ democráticos, paralisantes da suposta vitalidade do mercado, desemboca — em alguns casos mais explicitamente que em outros — em uma apologia do governo autoritário: o reconhecimento das tensões estruturais da democracia capitalista desemboca em um argumento pelo qual esta se transforma, perversa e inexoravelmente, em uma estrutura ‘ingovernável’” (BORON, 1994: 23).

Reaparece, portanto, a mesma questão levantada por Offe: qual o destino dos regimes democráticos caso venham a ter de enfrentar as previsíveis conseqüências sociais e políticas da efetiva aplicação do ideário neoliberal? E na América Latina com ainda mais razão, porque as classes e frações de classe que seriam mais atingidas não têm aqui a organização e o peso político de suas congêneres européias e a tradição de regimes de força implantados para garantir e promover a acumulação capitalista ainda está muito próxima no passado latino-americano, ao contrário do que acontece na maior parte da Europa. Além de que o “custo” de que fala Offe seria aqui muito mais elevado do que lá.

Por outro lado, fica claro que se nas economias capitalistas industrializadas as propostas neoliberais têm como um de seus objetivos a recomposição das perdas sofridas no conflito distributivo, e o enfraquecimento do Estado do Bem-estar leva não só a isso, como à perspectiva de ganhar ainda mais, essa explicação não é válida para a América Latina: tanto os dados disponíveis sobre economias com longa tradição de iniquidade, como o Brasil e o México, quanto sobre aquelas onde a concentração da riqueza e da renda se aproximou mais, no passado, ao padrão médio europeu,



como Argentina e Uruguai, mostram que nas últimas décadas, mesmo em fases de expansão da economia e do emprego, a concentração de renda aumentou, assim como a participação do capital em relação à do trabalho. Aqui, portanto, o neoliberalismo só pode assegurar novos aumentos ao território do capital, usando a metáfora de Offe, pois não há o que reconquistar.

O NEOLIBERALISMO REAL

Ainda que as idéias neoliberais só comecem a corporificar-se nos primeiros anos da década de 70, antes de seu final já haviam conseguido força política suficiente para servir de base às plataformas eleitorais dos partidos que triunfaram nas eleições realizadas em dois dos mais importantes países capitalistas, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. A vitória do Partido Conservador em 1979, que leva Thatcher ao poder, e a eleição de Reagan para a Presidência americana pelo Partido Republicano, em 1980, traduzem uma guinada à direita nesses dois grandes partidos, mais do que no eleitorado — há que lembrar que os conservadores não obtiveram, nem dessa vez nem em qualquer das eleições posteriores, maioria absoluta dos votos. Nos Estados Unidos, para além da situação de crise e desilusão vivida pela economia, segundo Carson, “Carter, o esperado paladino da engenharia social liberal² e do intervencionismo, provou ser intelectualmente malpreparado, seja para compreender as crises econômicas em que estava mergulhada a economia ou, mesmo falhando a compreensão, para fingir que possuía espírito de decisão” (CARSON, 1992: 107)³.

Ambos os governos seguiram políticas semelhantes, diferenciadas apenas pelas características institucionais de cada país: promessas de orçamentos equilibrados, reduções de impostos — principalmente para os de renda mais alta e para o capital —, redução dos gastos públicos, diminuição das atividades do governo, desregulamentação e, no caso dos Estados Unidos, melhoria de sua posição no comércio mundial. No caso da Grã-Bretanha, incluem-

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

² Tradução literal. O termo, na linguagem política americana, corresponde mais ao que no Brasil chamaríamos de “progressista”.

³ Ainda que esse comentário pareça pouco científico, a importância da imagem criada pela figura do presidente junto ao eleitorado americano torna fundamental referenciá-la em análises desse tipo.



A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

se também o enfraquecimento do poder sindical, privatizações e cortes no sistema de seguridade social.

Não cabe aqui fazer uma avaliação dos governos Reagan e Thatcher como tais, e sim identificar seus resultados como efetivamente representativos do que podemos chamar de neoliberalismo real e, portanto, como exemplos válidos dos resultados da aplicação desse ideário em países capitalistas industrializados.

Os dados disponíveis mostram uma deterioração nas condições sociais dos dois países. Isto fica claro quando se analisam os dados relativos à distribuição de renda, quer trabalhando com o chamado coeficiente de Gini⁴, quer comparando a proporção da renda total recebida pelos mais ricos com a que coube aos mais pobres⁵.

No caso da Grã-Bretanha, o coeficiente de Gini começa a subir a partir de 1977, de 0,23 para 0,34 em 1992 — o maior crescimento registrado em todo o mundo no período. Pequenas variações anuais são normais, mas aqui se trata de uma evolução constante da desigualdade, que se mantém ao longo de todo o período Thatcher. Como resultado disso, a renda total dos 20% mais ricos, que em 1977 era quatro vezes maior que a dos 20% mais pobres, passou a sete vezes maior. Mas o dado mais impressionante resulta da análise das desigualdades entre salários: em 1991 a diferença entre o mais alto e o mais baixo salário foi a maior desde os anos 1880, quando esses dados passaram a ser levantados.

Nos Estados Unidos, que sempre tiveram um padrão de desigualdade distributiva mais alto que os outros Estados capitalistas avançados, a evolução foi semelhante: entre 1969 e 1992 o coeficiente de Gini passou de 0,35 para 0,40, enquanto os 20% mais ricos passaram a receber uma parcela da renda total onze vezes maior que a dos 20% mais pobres, contra apenas 7,5 vezes em 1969.

Segundo o texto citado, ambos os países, vanguardeiros do neoliberalismo real, apresentam hoje desigualdades de renda maiores do que em qualquer momento desde a década de 30. Mas com uma diferença interessante: enquanto na Grã-Bretanha as rendas de todos os estratos cresceram (claro que a do decil mais rico subiu

⁴ Quanto maior o número de zero a um, maior a desigualdade.

⁵ Dados extraídos de *The Economist*, 5-11 de novembro de 1994, pp. 19 ss.



55% e a do mais pobre, apenas 10%), nos Estados Unidos (em que o Estado de Bem-estar e suas políticas sociais sempre foram menos abrangentes e onde nunca houve um partido operário forte) a renda do decil mais alto subia em 18% e a do decil mais pobre reduzia-se em 10%.

É interessante notar que nesse mesmo texto afirma-se, sem citar dados, que na Nova Zelândia, o único outro país desenvolvido que experimentou em larga escala as políticas econômicas e sociais inspiradas no neoliberalismo, os resultados foram semelhantes aos obtidos no caso britânico.

Esses são os modelos sobre os quais o neoliberalismo pode ser avaliado. Em nenhum outro país capitalista desenvolvido sequer tentou-se sua aplicação *tout court*, ainda que a hegemonia mundial do mito do mercado auto-regulado tenha levado quase todos os governos, inclusive os socialistas, a algumas medidas incluídas nesse ideário.

O indiscutível deslocamento à “direita” do eleitorado europeu registrado a partir dos anos 80 não pode jamais ser atribuído a uma rejeição do Estado de Bem-estar ou da social-democracia e menos ainda a uma súbita ânsia de retornar ao século passado. Notem-se, por exemplo, as dificuldades enfrentadas pelo governo Kohl para implementar suas propostas de “flexibilização” do trabalho e redução dos gastos e da abrangência do sistema de seguridade social; a relutância dos centristas suecos em promover algo mais do que ajustes marginais no “modo de produção social-democrata” nos curtos períodos em que foram governo; e, mais recentemente, a cautela dos conservadores espanhóis e a resistência às propostas de Juppé. Essas situações atestam a solidez do apoio de que goza o Estado de Bem-estar ali onde se consolidou e, principalmente, onde esse apoio se manifesta por intermédio de grandes partidos de base trabalhadora.

Esse apoio pode ainda ser aquilatado por um dado isolado, mas de significado indiscutível: em pesquisa de opinião realizada em janeiro de 1995 pelo Gallup, foi perguntado a eleitores britânicos se estavam de acordo com o texto da então Cláusula 4 do regimento

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho



A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

⁶ *The Economist*, 11-17 de março de 1995, p. 58.

do Partido Trabalhista, que sua ala centrista queria modificar (e logo após modificou), o qual estabelecia a defesa da propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca. Pois bem: 37% afirmaram que sim, 35% não se manifestaram e apenas 28% manifestaram-se contra⁶.

Vimos até aqui as experiências ocorridas nos países capitalistas desenvolvidos (lembrando sempre que o Japão em momento algum se deixou atrair pelo discurso neoliberal). Passemos ao resto do mundo.

Os países capitalistas com melhor desempenho econômico nas últimas duas décadas encontram-se na Ásia e, isoladamente ou em conjunto, têm sido com frequência incluídos no discurso laudatório do neoliberalismo. Não se discute que são capitalistas, mas o termo “liberal”, em qualquer de seus conceitos, está longe de poder ser aplicado a qualquer um deles. Não cabe aqui procurar analisar as causas de seus desempenhos, mas é importante frisar a forte presença do Estado em todo o processo, inclusive no setor produtivo.

Vejamos então a América Latina.

As experiências latino-americanas com o neoliberalismo, como já vimos, são ainda muito recentes para permitir avaliação semelhante à que pode ser feita com relação aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha. Não há ainda séries de dados que permitam identificar e mensurar tendências e resultados, nem houve ainda pleitos eleitorais que permitissem chegar-se a conclusões válidas sobre a reação dos eleitores e das classes sociais às mudanças que estão ocorrendo.

No caso argentino, único exemplo de neoliberalismo à *outrance* em todo o mundo, o longo período de indiscutível popularidade de Menem, que lhe garantiu a reeleição — e que seguramente decorreu do sucesso de seu governo em eliminar a inflação galopante do final dos anos 80 —, parece não ter resistido à recente estagnação econômica e a uma taxa de desemprego de 18%. Os efeitos políticos provocados pela eliminação da insegurança causada por longos processos com altas taxas de inflação são



profundos, como também se demonstrou no Brasil com a eleição de Cardoso. De qualquer forma, o atual conflito de Menem com os sindicatos e com facções de seu próprio partido e o fortalecimento das oposições levantam questões intrigantes sobre o futuro da Argentina e sobre o desenrolar do processo no Brasil.

No México, a aplicação de políticas de cunho neoliberal gozou de forte apoio popular, ainda que atribuir a vitória eleitoral de Zedillo a qualquer coisa que não o apoio da máquina do PRI seja mero exercício de retórica. Em 1994 o México ainda estava em lua-de-mel com sua próspera modernidade capitalista, tanto que o candidato do PAN conseguiu mais votos do que Cárdenas. O sonho transformou-se em pesadelo, mas as especificidades mexicanas não permitem atribuir ao neoliberalismo exclusividade nem nos sucessos nem nos fracassos. Os acontecimentos recentes, principalmente as revoltas armadas de base camponesa, também levantam aqui questões sobre o futuro do processo.

O Chile é um caso à parte. Seu sucesso é indiscutível em termos de crescimento, inserção no mercado mundial e estabilização. No entanto, seu tamanho, suas peculiaridades e os termos do acerto político que permitiu sua abertura política, além da dizimação das esquerdas após 1973, e sua derrota moral em face da derrocada dos socialismos reais dificultam qualquer análise, principalmente em um cenário em que a direita democrata-cristã e seus aliados conseguiram transformar seu *status* de oposição consentida em hegemonia eleitoral.

Seria temerário, porém, tentar provar o fracasso ou a inadequação das políticas neoliberais na América Latina argumentando apenas com a crise cambial mexicana de 1994 e suas repercussões nos demais países. A lição que pode ser extraída desse episódio e de suas conseqüências é quanto à fragilidade e aos riscos implícitos de políticas de abertura às importações e à entrada de capital financeiro especulativo adotadas de forma intempestiva e sem políticas de ajuste prévio. Principalmente em países como os latino-americanos, cuja indústria surgiu e cresceu voltada para o mercado interno, onde a concentração de renda e, portanto, de poder

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho



**A hegemonia neoliberal: fim da história
ou mito do eterno retorno?**

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

de compra é elevadíssima e onde qualquer análise perfunctória mostra facilmente que o fator de atração do capital é a combinação de taxas de juro elevadas/câmbio estável, o que é, por sua vez, consequência de políticas de estabilização. Essa lição parece ter sido aprendida por todos os países da América Latina.

NOVA IDADE DE OURO?

As primeiras experiências com políticas inspiradas no ideário neoliberal parecem indicar uma clara perspectiva de fracasso em relação aos sonhos acalentados por seus proponentes, tanto no que se refere aos aspectos econômicos quanto, principalmente, às condições de vida da maioria das populações atingidas. Isso não desanima seus defensores, que insistem em que resultados como os mencionados anteriormente são decorrentes do fato de que forças “reacionárias”, com idéias superadas, verdadeiros dinossauros sobreviventes de um passado extinto, não têm permitido que a insuperável lógica do mercado funcione em todos os campos da atividade humana, corrigindo os erros de décadas de intervencionismo e restaurando a sonhada Idade de Ouro.

Não cabe aqui recordar tudo o que ocorreu, em país após país, à medida que o modo de produção capitalista foi se implantando e consolidando em cada um na idade “áurea” da supremacia do mercado. Poucos temas da história contemporânea possuem bibliografia mais ampla. Marx, ao estudar a lógica do capital e suas leis de movimento, criou um instrumental analítico adequado à compreensão das causas tanto do enorme potencial criador do capitalismo quanto de seu igualmente enorme potencial destrutivo; neste último, em decorrência do primeiro, inscrito o destino final de sua própria superação.

Partindo desse instrumental, o retorno à Idade de Ouro seria efetivamente a volta dos moinhos satânicos mencionados por Polanyi, ou, vindo de outro ângulo, a negação do próprio desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção.



Uma das respostas a isso, e não somente de neoliberais, nem de todos os neoliberais, é a de que esse risco não existe porque o capitalismo mudou. Essa “mudança”, decorrente do imenso desenvolvimento das forças produtivas ao longo desde século e, principalmente, nas últimas décadas traduzir-se-ia pela superação das contradições internas do modo de produção capitalista, de um lado eliminando suas crises cíclicas e, de outro, criando uma espécie de capitalismo social, em que o lucro, sem deixar de ser buscado, deixaria de ser o *leitmotiv* da operacionalidade do sistema.

Alguns dos maiores críticos não-marxistas das economias capitalistas entenderam que, ao superar a fase concorrencial que marcou suas origens, entrando na fase de crescente predomínio das grandes empresas e oligopólios, um certo tipo de racionalidade planejada passaria como que a nortear a evolução do sistema. Galbraith, por exemplo, em *Novo Estado industrial* (1968), parte do suposto rompimento entre propriedade e gestão nas grandes sociedades anônimas para deduzir que estas, absolutamente dominantes na economia americana, substituíam a maximização dos lucros pela segurança e o crescimento como motivação principal, a partir dos interesses das suas “tecnoestruturas”. A matriz dessa idéia surgira pela primeira vez com James Burnham, em *The managerial revolution*, de 1941, em que, *grosso modo*, afirmava que os gerentes estavam se apossando do poder empresarial antes concentrado nas mãos dos proprietários⁷.

A questão das “mudanças” no capitalismo — seu reconhecimento, sua compreensão e, sobretudo, o entendimento do seu significado em termos das leis do movimento do capital e, portanto, do comportamento do capitalismo como modo de produção — foi diversas vezes objeto de amplos e profundos debates dentro do marxismo, principalmente com a transformação do capitalismo de livre concorrência em capitalismo monopolista (ALTVATER, 1987). Esse tema já esteve presente nos debates entre Bernstein, Luxemburgo e Kautsky (FETSCHER, 1982), bem como na análise do imperialismo feita por Lênin. Segue, durante os anos 20, já

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

⁷ O curioso é que Burnham, que a partir daí transformou-se num dos expoentes do pensamento conservador americano, havia sido trotskista e construíra sua análise a partir da que Trotsky fazia sobre o crescente poder da burocracia soviética (ver, por exemplo: DEUTSCHER, 1968, pp. 487 ss.).



A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

* Ver Altvater, tanto no texto já mencionado (1987) quanto no seu estudo sobre esta última forma de estruturação capitalista (1989).

realimentado pelos debates entre social-democratas e comunistas, em termos do que efetivamente representavam as novas formas de organização e dominação do capitalismo organizado, ou capitalismo monopolista, este finalmente rebatizado como capitalismo monopolista de Estado⁸. Mais recentemente o debate centrou-se sobre as formas mais recentes da evolução capitalista, o capitalismo tardio (*Spätkapitalismus*), tanto em Altvater (1989) quanto em Maramao (1989) e principalmente em Mandel (1982).

A conclusão final pode ser colocada, como o faz Boron, na resposta a duas questões-chave:

“1. Até que ponto as transformações recentes na anatomia da sociedade burguesa alteraram qualitativamente o caráter das relações capitalistas de produção?

Ou, mais especificamente:

2. Desapareceu a exploração do trabalho do homem pelo homem, isto é, a ‘escravidão do trabalho assalariado’, no ‘capitalismo tardio’ do final século XX?

Desta maneira se poderia saber — mais além da fascinação da retórica — se estamos ou não na presença de um tipo histórico de sociedade diferente” (BORON, 1994: 222).

Ora, parece indiscutível que a resposta a ambas as perguntas é claramente negativa. A partir daí, e se todos os indícios extraídos dos textos mencionados apontam para a constatação de que o capitalismo efetivamente não passou por qualquer mudança qualitativa como modo de produção, continuando válidas as teorias sobre as leis de movimento do capital, o caráter cíclico de sua evolução e sua propensão à crise, bem como a maximização do lucro como objetivo principal do capital, qual o objetivo dos neoliberais ou, melhor dito, que objetivos pretende a burguesia com esse retorno ao passado?

Sejamos justos: o núcleo central dos “neo”, como antes o dos “paleo”, nunca aceitou que o capitalismo houvesse mudado. Acreditam firmemente que a absoluta soberania do mercado sobre tudo e todos levará ao melhor dos mundos, à Idade de Ouro perdida. Friedman, por exemplo, foi um dos maiores críticos de Galbraith.



Mas essa postura limita-se efetivamente a uns poucos, mesmo no mundo acadêmico, e suas teorias são hoje utilizadas como armas ideológicas para garantir a expansão hegemônica das novas formas de dominação burguesa que se estão construindo. Adam Przeworski coloca bem esse aspecto ao afirmar: “A ideologia que orienta a atual ofensiva da direita é, sob muitos aspectos, um fantasma da década de 1920 (...) o que há de novo nessa ideologia é o papel dominante desempenhado pela teoria econômica de cunho técnico. Nos anos 20, justificavam-se as políticas deflacionárias, assim como os princípios do padrão-ouro e dos orçamentos equilibrados, como sendo ditados por uma sabedoria acumulada com o tempo, derivada da experiência. A única base teórica para tais princípios era a teoria quantitativa da moeda. O apelo ideológico apoiava-se em valores populares, tais como a poupança, a responsabilidade e o bom senso. (...) Na década de 1970, em contraste, a justificativa de teorias aparentemente técnicas: o monetarismo, *'la nouvelle économie'* e a teoria das expectativas racionais — todas apresentadas como razões científicas para explicar por que todos terão mais vantagem se o Estado retirar-se da economia e os capitalistas puderem tratar da acumulação sem considerações de ordem distributiva. Até mesmo o programa mais flagrantemente voltado para a concentração da renda — a política econômica do governo Reagan — é mascarado como uma ‘teoria da oferta’, tendo como esteio teórico uma bem elaborada curva de Lafer” (PRZEWORSKI, 1991: 241).

Isto nos leva ao problema principal: se o capitalismo não mudou na sua essência, se a intervenção do Estado, e de Estados fortes, foi sempre fundamental para garantir a acumulação de capital, se as políticas sociais associadas ao Estado de Bem-estar foram fundamentais não apenas para garantir a paz social mas também para manter elevada a demanda agregada, e, em ambos os casos, fundamentais para a expansão da acumulação, e se na última grande crise do sistema, durante a Depressão dos anos 30, o capitalismo foi salvo pela adoção de políticas intervencionistas de cunho heterodoxo, tanto sob governos de partidos burgueses quanto

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho



**A hegemonia neoliberal: fim da história
ou mito do eterno retorno?**

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

naqueles em que predominavam partidos operários, por que enfraquecer o Estado, limitar seus poderes de intervenção, reduzir o escopo das políticas sociais e voltar a confiar na já testada capacidade de auto-regulação do mercado, cuja inadequação levou exatamente à construção do que hoje se quer destruir? E por que essa “nova” proposta torna-se tão rapidamente hegemônica em escala mundial?

PROCURANDO RESPOSTAS

Creio que ainda não há, e por muito tempo não haverá, uma resposta única, ou seja: uma análise teórica abrangente que mostre com clareza, a partir do conhecimento das leis que regem o capital, quais os fatores determinantes dessa nova forma de que se revestiu a ideologia burguesa neste último quarto de século.

Por enquanto, temos de nos contentar em levantar pistas relativas à identificação de fatores aparentemente isolados, tentando, a partir daí, começar a montar um quadro de inter-relações que, como num quebra-cabeças, permita definir um caminho que aponte na direção de uma possível resposta.

Algumas dessas pistas vão diretamente ao comportamento do capital a partir do início da crise — em torno de 1970 —, comportamento este que se torna cada vez mais complexo, na mesma linha, ao longo de todo o período que vem até os nossos dias. Outras apontam para o campo da ideologia — a vitória moral da burguesia com a derrocada do socialismo real — e para as conseqüências políticas e econômicas daí decorrentes.

Exploremos inicialmente as primeiras.

Uma pista a seguir parte da citação de Offe, já referenciada, relativa aos ganhos distributivos do trabalho em relação ao capital, nos países industriais capitalistas, entre 1968 e 1979. É óbvio que esses ganhos, registrados num período de crise, são decorrentes do piso-limite criado pelas políticas assistenciais e trabalhistas típicas do Estado de Bem-estar para a redução da remuneração dos não-



proprietários. Em fases de expansão econômica, ou mesmo em pequenas retrações cíclicas, esses mecanismos foram aceitos ou tolerados. Em um longo período recessivo, passam a ser sentidos como perdas ou mesmo ameaças ao capital e à sua capacidade de reprodução. Como são pagos por impostos, e geridos por grande número de trabalhadores do setor público, os benefícios que produzem passam facilmente a ser vistos como uma “apropriação indébita” que atinge aqueles que na ideologia burguesa “criam a riqueza”, isto é, a própria burguesia. E mais que isso, como muitos desses mecanismos impedem a redução dos salários ou permitem que as pessoas sobrevivam fora do mercado de trabalho, ganham conotação de heresias, já que impedem a saída “natural” da crise pela via da redução da remuneração do trabalho.

Em sociedades com longa tradição democrática, a burguesia só pode resolver o problema ganhando eleições por meio de partidos que se comprometam em mudar esse quadro, ou seja, “reduzir o Estado”. Carson aponta como isso foi feito nos Estados Unidos logo antes da eleição de Reagan: “Durante os anos de 1979 e 1980, os artigos e editoriais do *The Wall Street Journal* e *The New York Times* começaram a publicar textos (...) na defesa de uma grande variedade de programas ligados às novas teorias da economia de oferta. A publicação do livro extraordinariamente popular de Milton Friedman, *Free to choose*, lançado em conjunto com uma série de televisão igualmente popular com o mesmo nome, exemplificou uma bem-sucedida estratégia de ‘chegar ao público’ com idéias e análises econômicas que haviam sido antes reservadas aos livros textos e debates em salas de aula” (CARSON, 1992: 107).

Por que chegar ao público com tanta ênfase? Porque era necessário fazer a população aceitar uma perspectiva econômica a que dera as costas cinco décadas antes e que rejeitara totalmente apenas dezesseis anos antes na eleição em que concorreram Johnson e Goldwater (CARSON, 1992: 107).

Sabemos que a política econômica de Reagan não só não retomou o crescimento como empobreceu os mais pobres e elevou a concentração de renda. Sabemos também que não diminuiu o

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho



A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

Estado, mesmo reduzindo programas sociais. Mas o capital voltou a ganhar na luta distributiva. Já vimos que aproximadamente o mesmo ocorreu nos outros países que adotaram políticas neoliberais.

Ainda que possa ser um fator explicativo forte para com relação ao impulso inicial da onda neoliberal, este não dá conta não só da amplitude alcançada, como de sua permanência mesmo após surgirem as constatações de seus resultados. Deve-se, portanto, seguir outras pistas.

Uma delas, talvez a mais complexa de todas, nos leva ao que hoje é conhecido como “liquidez internacional”: a grande massa de capital-dinheiro aplicada especulativamente em ações, títulos e outros papéis financeiros, alguns de criação recente, nos mercados de todo o mundo, que hoje se estima atingir algo como mais de 20 trilhões de dólares.

É um fenômeno relativamente recente e de expansão extraordinariamente rápida. Alguns dados comprovam essa rapidez: o valor das transações de títulos (de todos os tipos) com estrangeiros (vendas e compras brutas) equivalia a 3% do PNB nos Estados Unidos e na República Federal da Alemanha, em 1970, e no Japão a 2%, em 1975. Em 1980, depois de uma década claramente recessiva e de quase permanente instabilidade financeira, essa relação crescera nos três países, respectivamente, para 9%, 8% e 7%. Em 1990, sem que a economia capitalista mundial apresentasse sinais de crescimento sustentado, os números passaram a 93%, 58% e 119%, respectivamente. Na Grã-Bretanha, onde esse índice fora sempre mais alto devido ao papel representado pela *City* londrina, os números alcançam a 690% no último ano citado.

Em 1980, o saldo dos empréstimos bancários internacionais era de 324 bilhões de dólares. Em 1991 — apesar da famosa “crise da dívida” dos países subdesenvolvidos, que marcou a década anterior — esse saldo passara a 7,5 trilhões de dólares.

Em 1986, o saldo das operações mundiais com os principais “derivativos” (opções, futuros e permutas envolvendo taxas de juros e moedas) era de 1,1 trilhão de dólares; em 1991, chegava a 6,9 trilhões⁹.

⁹ Dados extraídos de *The Economist*, “A survey of the world economy”, 19-25 de setembro de 1992, pp. 6 ss.



Em primeiro lugar, há que explicar esse fenômeno, que traduz uma “sobra” de capital que não encontra (ou não busca) aplicações produtivas.

Algumas indicações podem ser encontradas em Mandel, que argumenta que, como a acumulação de capital prossegue apesar das recessões e curtas recuperações da economia mundial no atual período de crise, há uma superacumulação de capitais que só encontra aplicação ou nas bolsas ou no mercado imobiliário, elevando os preços e, com isso tornando essas aplicações ainda mais atrativas. Cita, por exemplo, um estudo que mostra que “apesar da redução dos impostos, de um forte aumento dos lucros e dos rendimentos no período 1982-87, os investimentos produtivos feitos pelas grandes empresas alemãs estão em um nível que é de apenas 50%, se não inferior ao que atingiam no início dos anos 70” (MANDEL, 1990: 320).

Uma razão para isso pode ser encontrada em Mandel, que diz, com referência à recessão de meados dos anos 70, que assinala o início da crise atual: “A recessão de 1974-75 é a conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros. Tal queda é claramente anterior ao encarecimento pronunciado do petróleo depois do desencadeamento da Guerra do Yom Kippur” (MANDEL, 1990: 23). Para confirmar essa afirmação, apresenta dados que mostram uma redução de aproximadamente um terço na taxa média de lucro das economias americana, britânica e japonesa desde meados da década anterior.

Essa explicação pode ser considerada válida até os dias de hoje, mesmo com a dificuldade de encontrar e compilar dados comprobatórios, primeiro porque não houve recuperação significativa dos níveis de crescimento das atividades econômicas nos países capitalistas desde então e, segundo, porque a maior e cada vez mais acelerada incorporação de novas tecnologias nos bens de capital tendeu a elevar a composição orgânica do capital e, conseqüentemente, a relação capital/produto, e isso ao longo de um período de forte concorrência intermonopólios e de lento crescimento da demanda.

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho



**A hegemonia neoliberal: fim da história
ou mito do eterno retorno?**

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

¹⁰ Ibidem.

Se isso explica a “liquidez internacional”, o avanço das forças produtivas no campo da informática e das telecomunicações, bem como as políticas de desregulamentação das atividades financeiras adotadas por praticamente todos os países capitalistas¹⁰, apontam para a forma de que se reveste essa liquidez; qual seja, a de uma grande “bolha especulativa”, praticamente fora de alcance do controle de qualquer governo e em que, por meio de novas e arriscadas formas de jogo, as margens de lucro podem ser bem mais altas do que no investimento produtivo.

Convém lembrar que igualmente especulativa vem sendo a aplicação de recursos na compra e fusão de empresas, que depois são reestruturadas, parceladas e revendidas (o que foi muito importante nos Estados Unidos, mas não só lá, na década de 80), bem como a corrida desse capital improdutivo para aquisições no mercado imobiliário (o que, no Japão, criou uma supervalorização artificial do setor que, ao “estourar” nos primeiros anos desta década, ameaçou a estabilidade do sistema bancário e deu início à atual recessão econômica no país).

Deste quadro pode tirar-se uma primeira conclusão, comprovada pelas baixas taxas de crescimento das economias capitalistas em geral desde a década de 70: o que poderíamos chamar de uma “propensão” do capital especulativo a, quando retorna à esfera produtiva, fazê-lo pela aquisição de empreendimentos em funcionamento, com o investimento já amortizado e, portanto, de relativamente fácil revenda. Melhor ainda caso se trate de empresas com problemas que podem ser recuperadas a curto prazo, ou empresas públicas privatizadas a preços inferiores ao de seu patrimônio real. O crescimento contínuo e rápido do montante de capital aplicado no mercado financeiro, mesmo nas fases de recuperação econômica, aponta nessa direção.

E com isso, aonde chegamos?

Creio que a partir dessas pistas e indícios pode-se chegar a um conjunto de hipóteses explicativas — que requereriam pesquisas muito mais profundas para serem comprovadas — a respeito das causas econômicas da atual onda hegemônica neoliberal.



A primeira hipótese, já mencionada, é a de que a proposta de reduzir o papel intervencionista do Estado, principalmente no que se refere às questões trabalhistas e previdenciárias, corresponde a uma estratégia de manter níveis de acumulação num período de crise, reduzindo impostos e, quando possível, salários e, com isso, reverter as perdas relativas do capital frente ao trabalho já citadas. Isto explica o enfrentamento com o Estado do Bem-estar, a flexibilização das relações de trabalho, a privatização da previdência, a terceirização e outras bandeiras da “modernidade neoliberal”. Veja-se que estas bandeiras são as que foram primeiramente levantadas.

A segunda hipótese é a de que as propostas de reduzir ou eliminar a presença do Estado no setor produtivo decorrem de duas causas principais, que se manifestam em momentos diferentes. Inicialmente, trata-se de enfrentar a crise fiscal, decorrente da continuidade da crise econômica, tanto pela obtenção de receitas quanto pela redução de despesas, e isso tanto para poder reduzir impostos (principalmente sobre o capital) como para poder ceder no que se refere aos cortes dos programas sociais, ali onde a força política dos trabalhadores torna inviável levá-los às últimas consequências.

Em alguns casos, como na privatização da mineração do carvão no início do governo Thatcher (ou em muito do que se depreende do discurso neoliberal argentino e brasileiro sobre a privatização das grandes estatais), trata-se também de “quebrar a espinha” do movimento sindical, enfraquecendo-o para tornar mais factíveis alguns dos objetivos mencionados na primeira hipótese.

Com a persistência da crise e o crescimento da “bolha especulativa”, a privatização, segundo esta hipótese, passa a ter outra motivação: abrir campos de aplicação para o grande capital, que, obviamente, não deve sentir-se seguro a longo prazo circulando dentro de uma “bolha” desse tipo. Por outro lado, a luta de posições entre os grandes capitais monopolistas individuais pode ser um fator adicional, na medida em que geralmente tendem a ser eles os que dispõem de recursos suficientes para a aquisição de grandes estatais.

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho



**A hegemonia neoliberal: fim da história
ou mito do eterno retorno?**

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

Um aprofundamento dessas hipóteses gerais poderia levar-nos a uma conclusão interessante: sem desconsiderar a convicção da maior parte dos apologistas do neoliberalismo, sua confirmação poderia dar-nos pistas comprobatórias de que o grande capital vem abraçando fervorosamente o ideário neoliberal não para retornar à Idade de Ouro, mas para reforçar sua posição no Estado intervencionista, expurgando-o o mais possível da presença das classes trabalhadoras no seu interior e, portanto, facilitando seu aproveitamento como promotor da acumulação.

Uma última hipótese — de muito mais fácil comprovação — que seguramente explica parte da força hegemônica do ideário neoliberal é a repercussão da *débâcle* do socialismo real, principalmente com a dissolução da União Soviética.

De um lado, esses acontecimentos em si, tanto pela maneira como ocorreram quanto pela absoluta incapacidade dos marxistas-leninistas de apresentar análises fundamentadas sobre suas causas, configuram o que pode ser chamado de uma “derrota moral” da classe operária, de seus partidos e de seus simpatizantes em todo o mundo. Com o risco, que hoje parece superado, de transformar-se também em “crise terminal” do próprio marxismo. Mesmo sem seguir as linhas de pensamento que apontam para temas como a crise de paradigmas e a morte das utopias, ou mesmo para o fim do Iluminismo e para o pouco estudado e comentado fim do internacionalismo, esses acontecimentos marcam uma reviravolta nas perspectivas de evolução da humanidade de magnitude maior do que qualquer outro fato isolado dos últimos séculos.

De outro lado, as análises, explicações, comentários e informações que políticos, intelectuais e analistas burgueses e, sobretudo, os meios de comunicação disseminaram (e ainda disseminam) por todo o mundo como que criaram uma “cortina de fumaça” que oculta as questões mais pertinentes referentes às causas e conseqüências do que ocorreu, e está ocorrendo, com os países em que a *débâcle* se deu. O resultado é uma hegemonia ideológica maior, em termos relativos e absolutos, do que em qualquer outro momento do capitalismo. Ideias que vêm de muito



antes das de pensadores como Winstanley e os radicais ingleses do século XVII, Babeuf, Fourier e milhares de outros, sem falar em Marx e Lênin, ou mesmo Kautsky, são jogadas fora como aberrações intelectuais, superadas pela pura e translúcida lógica do mercado. Pelo menos no plano ideológico a burguesia conseguiu superar o terror da história e retornar a uma Idade de Ouro mais dourada do que jamais poderia esperar.

São poucos os textos, aí incluídos os marxistas, que ao analisar o destino da experiência soviética levantam indagações como as de Heilbroner, quando, discutindo a possibilidade de uma sociedade não-capitalista, afirma: “Um problema mais difícil refere-se às sociedades que confiam sua coerência e continuidade ao planejamento central. A antiga União Soviética é, claro, o arquexemplo desse caso, e seu colapso é visto geralmente como um aviso de que tais sociedades estão destinadas a fracassar. Mas não acho que se possa ter certeza de tal acusação. O colapso pode muito bem ter sido a consequência das piores tradições da autocracia burocrática, de uma tecnologia primitiva de comunicações e das pressões extremas da Guerra Fria. Se o início do capitalismo tivesse se dado sob tais condições, também ele poderia ter fracassado” (HEILBRONER, 1994: 113).

Colocações como essas tornaram-se raras, e só aos poucos começam a aparecer. Mesmo as vitórias eleitorais cada vez mais freqüentes de partidos socialistas no Leste europeu e no âmbito do que foi a URSS ainda trazem consigo pouco de uma proposta de reconstrução reformada de uma sociedade socialista, por mais que traduzam profunda insatisfação popular com as consequências sociais da introdução acelerada da lógica do mercado.

Na América Latina, onde a ideologia neoliberal veio de fora, e reforçada pelas pressões exercidas pelos organismos financeiros internacionais e credores privados externos (BUSTOS, 1992: 97), onde tanto a organização política dos trabalhadores quanto a tradição democrática são, na maior parte dos casos, mais fracas do que nos países capitalistas industrializados e onde — como na maior parte do mundo subdesenvolvido — a existência da União Soviética

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho



**A hegemonia neoliberal: fim da história
ou mito do eterno retorno?**

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

deixava margem para que os governos locais, em certos casos até os conservadores, conseguissem espaço de manobra para contrabalançar a influência americana, a *débâcle*, ainda que tenha agradado a burguesia local em termos de sua política externa, deixou-a sem muita saída senão a da aceitação completa do ideário imposto.

Mas há uma questão maior, ainda pouco discutida: até que ponto a eliminação da União Soviética e a decorrente “derrota moral” a que nos referimos podem estimular a burguesia, tanto nos países subdesenvolvidos quanto nos industrializados, a adotar políticas de enfrentamento com as classes trabalhadoras locais, vencendo pela pressão e pela força a resistência destas à perda de conquistas já consolidadas ou, principalmente nos países subdesenvolvidos, às suas tentativas de conquistas? Em outras palavras, embalada pela incontestável hegemonia que a seus olhos a legitima, pode vir a burguesia a impor seus interesses pela força, como tantas vezes já o fez?

Cabem aqui os comentários de Hobsbawm em “Adeus a tudo aquilo”, em que diz ironicamente que, o que quer que Stalin tenha feito aos russos, ele foi bom para o povo comum do Ocidente, depois de afirmar: “O principal efeito de 1989 é que o capitalismo e os ricos pararam, por enquanto, de ter medo. Tudo o que fez com que a democracia ocidental valesse a pena para seus povos — previdência social, o Estado de Bem-estar social, uma renda alta e crescente para os trabalhadores, e sua conseqüência natural, a diminuição da desigualdade social e da desigualdade de oportunidades — resultou do medo. Medo dos pobres e do maior e mais bem organizado bloco de cidadão dos Estados industrializados — os trabalhadores; medo de uma alternativa que existia na realidade e que podia realmente se espalhar, notadamente na forma do comunismo soviético; medo da instabilidade do próprio sistema (HOBSBAWM, 1992: 103).

Mesmo que se considere exagerado o peso que atribui à existência de um Estado socialista forte na evolução das políticas econômicas e sociais dos Estados capitalistas, parece incontestável



que essa influência existiu e que em muitos casos deve ter sido um dos fatores principais na decisão de adotar esta ou aquela medida destinada a melhorar as condições sociais nesses Estados. A perda desse grande contrapeso é, para Hobsbawm, o principal efeito do desaparecimento da face da terra de uma região socialista ruim (HOBSBAWM, 1992: p. 104).

Não cabe aqui tentar pesquisar até onde a existência da URSS, da Terceira Internacional e do chamado “Bloco Soviético” influenciaram as políticas internas dos países capitalistas. Mas cabe perguntar até onde o enfraquecimento do socialismo como alternativa ao capitalismo pode efetivamente dar à burguesia, ao se defrontar com as sucessivas crises e conflitos que o retorno à sua Idade de Ouro já estão trazendo, a ilusão de poder agir como no passado. Aí estaria o perigo para a democracia, que é uma das maiores preocupações de Boron, já mencionada. Aí estaria o risco de se chegar ao segundo termo da oposição “socialismo ou barbárie”. Aí também, negando o fim da história, caso “fosse capaz de responder efetivamente a essas tensões e conflitos, o socialismo seria menos sucedido por algum outro movimento do que redimido como legítimo programa para um mundo mais igual e mais habitável (ANDERSON, 1993: 142).

E o eterno retorno continuaria como um mito dos que acreditam que podem pôr fim à história.

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja B. de. The Neo-Liberal Hegemony: End of History or Myth of the Eternal Saga? **Plural**; Sociologia, USP, S. Paulo, 5: 99-128, 1.sem. 1998.

Abstract: The author aims at questioning the neo-liberal dialogue, which makes the social and economic policy evolution evil in those Capitalist societies of the last century, deeming them responsible for all the period's conflicts and crisis. He seeks to understand why it is that such world vision has become hegemonious at the end of this century, especially among the bourgeoisie. It is about understanding the horror to the State, reflected within all the neo-liberal language, which produces a nearly universal consensus about the decisive role performed by the



A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho

State throughout its development, undervaluing not only the Marxist analysis of the State and its organization in classes, but also all Marxist interpretations of the history of the bourgeoisie formation and the consolidation of the capitalist production. It is the author's objective to trace the emergence and consolidation of the neo-liberal thought, and also assess the neo-liberal policies effectively implemented.

Uniters: Neo-liberalism, economic policies, capitalist modes of production, State, bourgeoisie, Marxism.

BIBLIOGRAFIA

ALTVATER, Elmar. O capitalismo se organiza — O debate mundial desde a guerra mundial até a crise de 1929. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 8, pp. 11-77.

_____. A teoria do capitalismo monopolista de Estado e as novas formas de socialização capitalista. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, vol. 12, pp. 283-340.

ANDERSON, Perry. *O fim da história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emil e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo, Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

BORON, Atilio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

BUSTOS, Pablo. Crise e reorganização econômica na América Latina: Uma passagem histórica. *Indicadores Econômicos. Análise Conjuntural*. Porto Alegre, 20(3): 93-109, 1992.

CARSON, Robert B. *O que os economistas sabem*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky; o profeta banido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.



- ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. Lisboa, Setenta, 1969.
- FETSCHER, Iring. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, vol. 2, pp. 257-298.
- FIORI, José Luís. Transição terminada: crise superada? *Novos Estudos*. São Paulo, 28: 137-151, out. 1990.
- FRIEDMANN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- GALBRAITH, John Kenneth. *O novo Estado industrial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- HEILBRONER, Robert. *O capitalismo do século XXI*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1984.
- HOBBSBAWM, Eric. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. pp. 93-106.
- MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____. *A crise do capital*. São Paulo/Campinas, Ensaio/Edunicamp, 1990.
- MARRAMAIO, Giacomo. Política e “complexidade”: o Estado tardo-capitalista como categoria e como problema teórico. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, vol. 12, pp. 133-220.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- WERNECK, Rogério Furquim. Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, Ipea, 16(3), dez. 1986.

A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno?

Francisco de Borja B. de Magalhães Filho